



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de junho de 2024, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações gerais.

2. Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, a requerimento dos seguintes Grupos Parlamentares:

[requerimento](#) do Grupo Parlamentar do BE sobre a situação humanitária e o genocídio em curso em Gaza.

[requerimento](#) do Grupo Parlamentar da IL sobre o papel de Portugal na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

[requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PCP para dar explicações sobre a situação na Palestina.

[requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PS sobre o anúncio feito pelo Governo sobre alteração das regras para entrada em Portugal de cidadãos da CPLP, devido a eventual impacto no acordo de mobilidade assinado pelos seus membros.

[requerimento](#) do Grupo Parlamentar do CH sobre a externalização à empresa estrangeira 'VFS Global' do serviço de preparação de pedido de vistos e ameaças daí decorrentes à segurança nacional.

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo Presidente da Mesa da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), começou este por informar que tinha dado entrada, naquele dia de manhã, o pedido de assentimento de deslocação do Senhor Presidente da República à Alemanha nos seguintes dias 26 e 27 de junho para assistir ao jogo Geórgia-Portugal do Campeonato



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

Europeu de Futebol. Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L e CDS-PP.

No **Ponto 2.** o Presidente deu as boas-vindas ao Senhor Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel e apresentou a grelha de tempos. Seguidamente, deu a palavra aos Senhores Deputados para a apresentação dos requerimentos.

A Deputada Marisa Matias (BE) apresentou o requerimento, justificando-o. Referiu que decorriam mais de oito meses de massacre em Gaza, tendo o exército israelita morto mais de 35 mil pessoas, incluindo mulheres, crianças e funcionários das Nações Unidas, jornalistas e membros de organizações humanitárias, entre outros. Referiu também que não se vislumbrava uma intervenção concreta do Governo português na resolução deste conflito, nomeadamente, por via diplomática com o objetivo de finalizar o genocídio em Gaza, nem a associação ao processo apresentado pela África do Sul. Concluiu manifestando a vontade de que o Governo português tome medidas que motivem o fim da invasão das tropas israelitas a Gaza e da crise humanitária na região.

O Senhor Ministro referiu que o Governo português sempre condenou, veementemente, o ataque israelita a Gaza, seja em fóruns nacionais como internacionais. Referiu que a ajuda humanitária que tem chegado a Gaza tem sido escassa e que a situação vivida nessa região é de uma complexidade e dificuldade elevada, tendo sinalizado esta mesma situação à Embaixada de Israel em Lisboa. Referiu que o Governo de Pedro Passos Coelho foi o que mais fez pelo reconhecimento do estado da Palestina. Realçou que Portugal votou a favor da admissão da autoridade palestina como membro de pleno direito das Nações Unidas e que este tem tido um papel facilitador e motivador junto de outros países no sentido de ser prestada uma ajuda sistemática ao atual governo da autoridade palestina.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) apresentou o requerimento, justificando-o. Começou por congratular o Senhor Ministro pela assinatura da declaração conjunta de 78 países na Cimeira da Paz que tinha decorrido no fim de semana anterior na Suíça, demonstrando a posição clara e inequívoca de apoio à Ucrânia. Realçou, com preocupação, o sentido de voto dos países da Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) nas resoluções das Nações Unidas, sugerindo que Portugal dinamize conversas sobre as prioridades em política externa com esses países. De seguida focou o recente acordo militar entre São



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

Tomé e Príncipe e a Federação Russa, referindo um possível acordo desta também com a Guiné-Bissau. Manifestou preocupação com a crescente influência da Rússia em África. Manifestou preocupação também com o facto de a reciprocidade nos acordos da CPLP não estar a ser cumprida.

O Senhor Ministro começou por manifestar a sua perplexidade com a intervenção anterior, pois esta denotava um desconhecimento do que era a CPLP e que Portugal teria um direito de supervisão sobre as antigas colónias. Referiu que as relações de Portugal com todos os estados do mundo estado-a-estado e que estes se devem comportar de acordo com a lei internacional. Os estados da CPLP são soberanos. Mencionou que Portugal sempre teve protocolos bilaterais de defesa e segurança com a maioria dos estados da CPLP, não querendo isso dizer que Portugal não sinalize a estes estados a tomada de algumas posições com as quais discorde. Referiu que a relação bilateral com São Tomé e Príncipe não estava em crise e que Portugal tinha reforçado a cooperação de defesa com São Tomé e Príncipe.

A Deputada Paula Santos (PCP) apresentou o requerimento, justificando-o. Começou por referir que o Governo português deve contribuir para o cessar-fogo e respeito dos direitos do povo palestino. Manifestou que a situação vivida em Gaza é indescritível e que nada justifica o tão elevado número de mortos. Manifestou que o Governo português não está a fazer todo o possível para contribuir para a resolução deste conflito e que um dos problemas é o facto de este não ter reconhecido ainda o estado da Palestina. Aludiu ao facto do Senhor Ministro afirmar que reconhecia a solução dos dois estados, mas que se recusava a dar o passo consequente com essa afirmação, afirmando, aliás, que não seria o momento oportuno para reconhecer o estado da Palestina. Questionou o que estava a ser feito para assegurar a segurança dos reféns do Hamas que são familiares de portugueses.

O Senhor Ministro referiu que o Governo português acompanha de perto a situação dos reféns com ligação a Portugal ou nacionalidade portuguesa, estando permanentemente a atualizar essa informação. Mais referiu que o reconhecimento do estado da Palestina não resolve o problema da guerra nem o cessar-fogo. Referiu que a autoridade palestina e o conselho do Golfo tem apreciado a posição de Portugal porque este tem um papel de mediação importante na União Europeia. Informou que Portugal fez *lobbying* para que outros estados alterassem o seu sentido de voto de abstenção para a favor na admissão da Palestina como membro das Nações Unidas. Informou que Portugal tem um papel muito



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

ativo, mas discreto, no panorama internacional e que está a lutar pelo reconhecimento do estado da Palestina. Manifestou preocupação com a interferência de Israel na Cisjordânia.

O Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou o requerimento, justificando-o. Aludiu às declarações que tinham sido feitas pelo Secretário de Estado José Cesário sobre as novas orientações para a atribuição de vistos, quer no que diz respeito aos vistos da CPLP, quer no que diz respeito aos vistos Schengen, gerando alguma perplexidade e preocupação. Referiu que o acordo de mobilidade estaria em causa, independentemente daquilo que o Governo já teria afirmado sobre este assunto. Realçou a importância de ter uma presença marcada e ativa e de aprofundamento da coesão com os estados da CPLP, manifestando, as declarações do Governo português, o seu contrário. Manifestou a sua preocupação com as alterações dos vistos relativos à CPLP e Schengen e as repercussões que essas alterações podem causar. Questionou por que razão os estados-membros da CPLP não foram consultados quanto à alteração dos vistos. Questionou também sobre o reforço dos funcionários para os postos consulares e o respetivo calendário de execução.

O Senhor Ministro referiu que encontrou uma situação caótica no que concerne à imigração, realçando as mais de 400 mil pessoas a aguardar resposta da AIMA e que essa situação tinha sido criada pelo Governo anterior. Referiu que não tinha existido nenhuma alteração regulamentar nem legislativa e que a lei estava a ser aplicada, para evitar fraudes, e anteriormente, tal não acontecia por instrução interna. Informou que Portugal estava com um processo de infração na União Europeia porque, de acordo com as regras do Governo anterior, eram dadas autorizações de residência aos cidadãos da CPLP e estes ficavam confinados ao território nacional. Realçou que o presente Governo repôs a legalidade do processo e que está a lutar para expandir direitos e não os restringir. Informou também que pretende que o reforço dos postos consulares ocorra da forma mais célere possível.

O Deputado Ricardo Dias Pinto (CH) apresentou o requerimento, justificando-o. referiu que as funções de soberania só podiam ser cumpridas pelo Estado e terceirizá-las a agentes privados era considerado inaceitável. Ninguém, além do Estado e das suas instituições podia exercer o poder coercivo da lei. Nenhuma empresa podia zelar em nome das autoridades públicas pela segurança das fronteiras, do território nacional ou do próprio país. Por esse motivo, manifestou a incompreensão que sejam serviços privados de qualquer natureza na proteção de fronteiras e tratamento de pedido de vistos. Questionou se o

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.^a SL

Senhor Ministro, face ao exposto, considerava inverter o caminho da externalização desses serviços, garantindo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros os recursos técnicos e humanos para o trabalho que lhe compete.

O Senhor Ministro referiu que não existia qualquer relação e operação de soberania no tratamento de dados, referindo-se ao anexo 10 do código de vistos da União Europeia. Existem regras restritas sobre o manuseamento desses dados e as empresas contratadas estavam sujeitas a um controlo muito restrito, nacional e das instituições europeias. Realçou que estas parcerias eram muito frequentes e aconteciam há muitos anos na proteção de dados, garantias, cumprimento de legislação europeia, controlo do relacionamento das entidades com o Estado português e que tem demonstrado bons resultados.

Passados à primeira ronda, o Presidente da Mesa deu a palavra aos Senhores Deputados inscritos.

O Deputado Paulo Pisco (PS) realçou que o Senhor Ministro não tinha respondido às questões do Grupo Parlamentar do PS. Questionou o que iria mudar relativamente aos pedidos de vistos CPLP, concretamente; porque razão os parceiros da CPLP não tinham sido consultados; se a atribuição de visto vai passar a ser mais rigorosa e, portanto, mais morosa; se a atribuição de visto Schengen é muito mais demorado para ser obtido por um cidadão que faça o seu pedido; quanto tempo iria demorar até que os postos consulares possam ter os reforços que foram anunciados pelo Governo. O Deputado João Paulo Rebelo (PS) questionou quais seriam os ganhos objetivos para a Palestina, maiores do que o reconhecimento do próprio Estado.

O Senhor Ministro informou que não se procedeu a nenhuma alteração regulamentar nem de lei. O que desapareceu foi a instrução, que existia, de não ser aplicada a lei e não serem verificados documentos. De resto, referiu, o Governo está a aplicar a lei. Nenhum embaixador dos estados da CPLP tinha manifestado desagrado com a presente situação. Referiu que estava previsto o recrutamento urgente de 45 peritos para os consulados portugueses. Explicou o papel de mediação de Portugal, nomeadamente o reconhecimento dos países do golfo porque Portugal estava a fazer pontes na União Europeia para a capacitação do reconhecimento dos dois estados.

O Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) assumiu a presidência da mesa da Comissão.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

O Deputado Paulo Neves (PSD) felicitou o Governo português e toda a sua estratégia na recente Cimeira da Paz que decorreu na Suíça. Informou que o Grupo Parlamentar do PSD acompanha as posições adotadas pelo Senhor Ministro relativo ao conflito de Israel e Palestina. Questionou sobre os pormenores da ação de Portugal, na União Europeia, para o reforço da autoridade palestiniana. Referiu que a CPLP não era uma organização portuguesa, mas sim da qual Portugal faria parte, elogiando a alteração quanto aos vistos. Questionou como é que Portugal poderia dinamizar e liderar alguns processos de melhoria dentro da CPLP. O Deputado Bruno Ventura (PSD) referiu que existia um consenso quanto presente crise humanitária em Gaza e que a resposta de Israel decorreu de um primeiro ataque bárbaro do Hamas. Realçou que já vários países reconheceram o estado da palestina, mas que tal não teve impacto no conflito.

O Senhor Ministro referiu que se o reconhecimento do estado da palestina representasse um passo efetivo para a resolução do conflito, Portugal já o teria feito. A segurança de Israel dependia da solução de dois estados. Informou que Portugal, juntamente com outros estados-membros, está a promover a decisão dos 27 estados-membros da União Europeia, para que todos estejam de acordo com a resolução dos dois Estados, o que implica, também, que Israel reconheça um Estado palestino soberano. Portugal assumiu também um papel importante na dinamização dos 27 estados-membros da União Europeia para a capacitação das Nações Unidas, nomeadamente, no reforço dos meios financeiros e humanos. Informou que Portugal deu parecer desfavorável à exportação de armas para Israel.

O Deputado Manuel Magno (CH) manifestou a preocupação da aproximação de São Tomé e Príncipe e da Guiné à Federação Russa, resultando numa grave derrota da diplomacia portuguesa e do mundo ocidental. No caso de São Tomé e Príncipe, a ajuda pública do desenvolvimento fornecida por Portugal representa cerca de 20 % de todo o orçamento do Estado. Defendeu que a cooperação portuguesa nas esferas económica, educativa, sanitária ou militar é essencial para ambos e que a importância desses apoios devia significar influência portuguesa real. O Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) referiu que as democracias ocidentais enfrentam um ataque concertado ao seu sistema político estrutural, aos seus valores fundacionais e ao seu modo de vida e que a China, Rússia e o Irão lideram um conjunto de autocracias reunidas numa aliança informal. Que a Ucrânia e

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

Israel são as duas frentes de batalha que suportam o essencial desse ataque. Questionou se o Governo está atento ao retroceder em Portugal, como no resto da Europa, de um antissemitismo que se julgava definitivamente ultrapassado; em que medida o Governo português poderia encarar a participação num plano de negociações para o fim das hostilidades em que os combatentes do Hamas entreguem as armas e abandonem a faixa de Gaza.

O Senhor Ministro realçou a contradição das intervenções, referindo que não se pode afirmar que não se quer colocar em causa a soberania ou independência dos estados da CPLP e depois desejar que Portugal use do poder económico para obrigar esses países a terem uma política definida por este país. Referiu que Portugal não pode impor a política externa a um estado soberano. Manifestou concordância com a existência de um problema de antissemitismo na Europa.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) reforçou que a CPLP não era apenas uma comunidade unida pela língua, mas algo muito maior. Referiu que a questão de Israel e da guerra com o Hamas, não é uma guerra entre dois Estados, é uma guerra entre um Estado Democrático e uma organização terrorista.

O Senhor Ministro referiu que, relativamente ao acordo de mobilidade, era verdade que, com alguns Estados, havia interpretações diferentes da forma como se deveria estar a lidar com o acordo, e que Portugal estava em permanente diálogo com todos.

O Deputado Rui Tavares (L) questionou qual o guião para o reconhecimento do estado da Palestina, referindo ser uma questão de princípio das posições do Governo português; como é que o Senhor Ministro pensava que Portugal, como país charneira, e em particular no quadro da CPLP, poderia ajudar a quebrar o distanciamento em relação à forma como a Europa vê esta guerra na Ucrânia.

O Senhor Ministro informou da necessidade de criação de um guião para quando o reconhecimento do Estado da Palestina tiver lugar. Relativamente à CPLP, realçou a necessidade da solução de paz com impacto nas relações internacionais, até porque, a guerra tem efeitos globais, nomeadamente na segurança alimentar.

A Deputada Marisa Matias (BE) referiu que não esperava um efeito imediato do reconhecimento do Estado da Palestina, mas que seria uma questão de simbologia política.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.^a SL

Deu o exemplo da votação de Portugal a favor da adesão da Ucrânia à União Europeia, mesmo sabendo que tal também não teria um efeito imediato. Questionou qual a posição de Portugal em relação à fronteira de Rafah.

O Senhor Ministro informou que a questão da adesão da Ucrânia à União Europeia, não era simbólica, porque não se tinha votado essa mesma adesão. Era a abertura de negociações, ou seja, o estatuto de país candidato. Referiu ainda que a fronteira de Rafah, para futuro, deveria ficar sobre domínio da autoridade palestina.

A Deputada Paula Santos (PCP) referiu que o Governo português deve dar o seu contributo para que as resoluções das Nações Unidas sejam cumpridas, para que o estado palestino seja criado e para que seja colocado um fim ao massacre que está a decorrer. Questionou do porquê de, presentemente, não ser possível serem tomadas diligências para o resgate dos demais familiares de cidadãos portugueses.

O Senhor Ministro reforçou as explicações apresentadas anteriormente.

O Deputado Paulo Nuncio (CDS-PP) começou por manifestar a profunda solidariedade com o sofrimento das populações civis sujeitas ao confronto militar. Realçou que a escalada militar teve início com o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023. Referiu a importância do reforço da cooperação internacional para criar condições para a solução dos dois Estados, a mais viável para uma paz justa e duradoura entre israelitas e palestinos. Questionou como é que Portugal através da sua diplomacia está a contribuir para aliviar a situação humanitária dramática que se vive em Gaza; como é que Portugal, também, através da sua diplomacia, está a contribuir para construir uma solução pacífica entre israelitas e palestinos. Reconheceu a importância de facilitar a mobilidade entre os países da CPLP, não existindo diferença para quem possua um título de residência sem ser da CPLP, permitindo viajar dentro do espaço Schengen e um visto de um cidadão da CPLP que o restringe apenas ao território português. Questionou ainda se as alterações aos vistos que foram propostas não colocam em causa a relação de Portugal com os outros estados da CPLP; quais são as intenções para com os cidadãos da CPLP que procuram Portugal com estas alterações; o que é que se pretende salvaguardar precisamente com esta medida; e confirmar que, não obstante queremos ser mais rigorosos nos procedimentos administrativos, queremos também respeitar a singularidade dos compromissos assumidos dentro da CPLP.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

O Senhor Ministro lembrou a iniciativa de Portugal com a Grécia e Dinamarca para se capacitar e reforçar o apoio à autoridade palestina e, em particular, ao Governo liderado pelo Primeiro-Ministro Mohamed Mustafa, que tem uma agenda positiva e construtiva. Manifestou tristeza pelo facto de Israel não aproveitar a oportunidade de consenso internacional. O grande objetivo de Portugal é dentro da União Europeia, fomentar um consenso sobre esta matéria. Quanto à questão dos vistos, reforçou que não existiu nenhuma alteração legislativa, somente a aplicação da lei. Defendeu a justiça de conferir a todos os cidadãos da CPLP, incluindo os portugueses relativamente aos outros estados, lhes conferir o direito de mobilidade que está acordado no quadro da comunidade.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Comissão deu a reunião por encerrada pelas 18:17 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2024.

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 10/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Dinis Faísca (PSD)
Flávio Martins (PSD)
Paulo Edson Cunha (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Regina Bastos (PSD)
Gilberto Anjos (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Paulo Pisco (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Manuel Magno (CH)
Ricardo Dias Pinto (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Marisa Matias (BE)
Paula Santos (PCP)
Rui Tavares (L)
Paulo Nuncio (CDS-PP)
Eurico Brilhante Dias (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Fernando Medina (PS)
Marcos Perestrello (PS)
José Dias Fernandes (CH)

Ata aprovada em reunião de Comissão de 12 de setembro de 2024